

A Insurgência Jihadista em Cabo Delgado: Ideologia, Protagonistas e Causas* 1

Traduzido de: The Jihadi Insurgency in Cabo Delgado: Ideology, Protagonists and Causes* 1

Liazzat J K Bonate

Kronos: Southern African Histories, Vol. 50, No. 1

Precisa citar este papel?

Receba a citação nos estilos
MLA, APA ou Chicago

Quer mais papéis como este?

Faça o download de um pacote PDF de artigos
relacionados

Pesquise no catálogo da Academia com 55
milhões de artigos gratuitos

A Insurgência Jihadista em Cabo Delgado: Ideologia, Protagonistas e Causas* 1

Liazzat J K Bonate

Kronos: Southern African Histories, Vol. 50, No. 1

[Original Paper](#) 

Abstrato

Com base em entrevistas de campo com muçulmanos deslocados internamente das regiões afectadas pela insurgência, como Palma, Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e outras, este artigo desvenda o contexto, a ideologia e os protagonistas que deram origem e deram sustento à insurgência em Cabo Delgado. Depois de fornecer uma visão geral da trajetória histórica do Islão em Moçambique, o artigo apresenta os fundamentos ideológicos e históricos dos movimentos jihadistas globais contemporâneos, expandindo-se para África e Moçambique. O artigo argumenta que para que o jihadismo crie raízes em qualquer lugar, devem existir protagonistas militantes e as queixas que sirvam como pontos de entrada emocionais para o recrutamento. Assim, o artigo examina os processos pelos quais os protagonistas jihadistas surgiram em diversas comunidades e as queixas que articularam para provocar a insurgência contra o Estado.

Introdução

O violento conflito em Cabo Delgado eclodiu em Outubro de 2017, quando dezenas de jovens muçulmanos invadiram as prisões na cidade de Mocímboa da Praia. Uma insurgência irregular, no sentido clássico, cristalizou-se em 2018, embarcando numa actividade político-militar prolongada que visava o controlo de uma região através do uso de táticas de guerrilha e de ideologia política radical. 1 As suas ações, incluindo a guerra, o terrorismo, a propaganda, o recrutamento clandestino e as redes internacionais, foram concebidas para enfraquecer a legitimidade e a presença do Estado. A situação foi ainda agravada pela

lealdade dos insurgentes ao EI (Estado Islâmico) em 2019, sugerindo o fortalecimento dos laços com o jihadismo translocal. 2 Apesar da presença histórica de longa data do Islão, os muçulmanos moçambicanos não apresentavam tendências jihadistas antes de 2017, nem durante os períodos coloniais ou pós-coloniais, embora algumas jihads pareçam ter ocorrido antes da colonização portuguesa. 3 Os Moçambicanos do Norte sempre estiveram conscientes do facto de que a radicalização é geralmente latente, uma vez que a ideologia político-religiosa extremista está disponível para todos os muçulmanos. Especialmente porque nos países vizinhos, com os quais têm laços históricos e culturais de longa data, como as Comores, a Tanzânia, o Quênia, o Uganda e a Somália, os movimentos jihadistas já operam desde a década de 1990. Assim, as questões de porquê em 2017, porquê em Cabo Delgado e o que levou certos jovens muçulmanos a revoltarem-se e a alinharem-se com o jihadismo global têm sido centrais nas tentativas de compreensão deste novo fenómeno.

O primeiro estudo académico sugeriu que a insurreição foi liderada por jovens ligados ao Al-Shabaab da Somália, Quênia e Tanzânia, bem como por redes criminosas que controlavam o contrabando de pedras preciosas, drogas e madeira e envolvidas na caça furtiva de animais. 4 Alguns jornalistas e analistas de segurança atribuíram as suas origens à pobreza endémica e à marginalização socioeconómica e política do norte de Moçambique, enquanto outros afirmaram que as políticas neoliberais e a indústria extractiva levaram à revolta. 5 Outros ainda tentaram localizar a inspiração da insurgência em movimentos jihadistas como a Al-Qaeda, o EI e as Forças Democráticas Aliadas (ADF) que operam no Uganda e na República Democrática do Congo. 6 Este artigo argumenta que todos estes elementos contribuíram para o surgimento e perseverança da insurgência. A ideologia e as redes jihadistas, a marginalização, a exclusão e a pobreza percebidas, a indústria extractiva e o protagonismo juvenil, são todos cruciais. O caso moçambicano não é diferente de outras regiões onde grupos que reivindicam uma orientação translocal global permanecem profundamente enraizados em contextos sociopolíticos e económicos locais específicos. Para que movimentos translocais como o jihadismo se expandam numa determinada região, deve existir pelo menos dois elementos, que estão presentes em Moçambique: 1) um ambiente propício e fértil para explorar pontos de entrada emocionais, e 2) a presença do ideologicamente- militantes de mente ligada a redes globais. 7 O artigo começa por fornecer uma visão geral da trajetória histórica do Islão em Moçambique e do jihadismo transnacional global, e depois prossegue desvendando o contexto, a ideologia e os protagonistas que deram origem e proporcionaram sustento à insurgência em Cabo Delgado. Este estudo baseia-se em dois trabalhos de campo, em Setembro-Outubro e Dezembro de 2023, quando muçulmanos dos distritos afectados pela insurgência, nomeadamente Palma, Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e outros, viviam como deslocados internos (PDI) na cidade de Pemba, foram entrevistados. Eles exemplificam diferentes gerações, desde os 25 anos até os 87, e foram seleccionados com base na sua filiação a duas principais correntes do Islã nesta região: os Sufis, aqueles que pertencem às Ordens Sufis da Qadiriyya e o Shadhuliyya; e os salafistas, que incluem aqueles que pertencem ao Conselho Islâmico de Moçambique,

bem como aqueles que receberam formação religiosa através das instituições de uma ONG islâmica internacional, a Africa Muslims Agency. Estes últimos geralmente defendiam uma perspectiva islâmica mais radical do que outros muçulmanos. As entrevistas foram realizadas em português, pois os entrevistados conheciam bem esse idioma. Os nomes completos e outros indicadores das pessoas entrevistadas não são fornecidos, a fim de proteger as suas identidades no atual ambiente volátil. Infelizmente, devido às restrições de segurança, foi impossível entrevistar quaisquer insurgentes. Um dos objectivos deste artigo é deixar os muçulmanos falarem por si próprios, dar-lhes voz e, desta forma, proporcionar ao leitor acesso a dados empíricos mais íntimos.

Islão em Moçambique

Evidências arqueológicas sugerem que, pelo menos desde o século VIII, a costa norte de Moçambique fazia parte do mundo Swahili, que é composto pelas regiões geográficas da costa da África Oriental, incluindo as costas da Somália contemporânea, Quênia, Tanzânia, Moçambique, o norte-costa ocidental de Madagáscar e as ilhas das Comores. O mundo suaíli é caracterizado por uma cultura resultante das interações históricas, económicas, culturais e políticas de longa duração entre a orla do Oceano Índico, o continente africano e o Islão. Assim, provavelmente o litoral de Moçambique partilhava concepções e práticas religiosas islâmicas com os seus vizinhos. 8 No início do século XVI, Duarte Barbosa Angoche, Sofala, Cuama e Moçambique “estavam todos sob a obediência do Rei de Kilwa, que era um grande rei entre eles”. 9 A preeminência de Kilwa deveu-se ao seu controlo do comércio de ouro e marfim de Sofala com o Grande Zimbabué e mais tarde com os reinos de Mwenemotapa desde finais do século XIII. 10 Contudo, no início do século XVI, os portugueses ocuparam Kilwa, a ilha de Moçambique, Sofala, Cuama e Quelimane (Kilimani), e as ilhas de Inhambane e Bazaruto, no sul de Moçambique, todas governadas até então por muçulmanos suaíli. A conquista portuguesa levou à eliminação gradual dos enclaves muçulmanos no centro e sul de Moçambique, que, no entanto, continuaram a prosperar na costa que se estende de Pebane a Palma. 11 Entre o século XVII e o final do século XIX, a relação entre a administração portuguesa na Ilha de Moçambique e os governantes muçulmanos do norte de Moçambique foi de negociações, adaptações e por vezes confrontos, mas os históricos sultanatos suaílis continuaram a existir de forma independente. Nos séculos XVIII e XIX, a região envolveu-se no comércio internacional de escravos, 12 o que estimulou a expansão do Islão desde a costa até ao continente até ao Lago Niassa (Malawi). 13 Só em 1895-1913 é que os portugueses empreenderam um esforço concertado de conquista da região, devido às exigências da cláusula de “Ocupação Efectiva” da Conferência de Berlim de 1884-1885. 14 Isto coincidiu com a difusão das duas novas Ordens Sufi, a Qadiriyya e a Shadhuliyya, que surgiram através das redes tradicionais Swahili de Zanzibar e das Comores e introduziram mudanças radicais nas práticas e concepções locais do Islão. 15 Eles construíram novas mesquitas, zawiyas e madrasas (vernáculo local das escolas árabes e corânicas), atraíram muitas mulheres e expandiram as

Ordens para o resto de Moçambique e até mesmo para algumas partes da África do Sul. Provocaram transformações significativas nas concepções e práticas religiosas, que suscitaram a resistência dos antigos líderes islâmicos e, por vezes, conduziram à violência. 16 Após o início do domínio colonial, os muçulmanos ficaram sujeitos ao regime do Indigenato, mas de 1930 a 1954, as políticas portuguesas em relação a eles tornaram-se novamente hostis, à medida que o governo nacionalista do Estado Novo promovia uma espécie de “portugalização” forçada através da missão católica. escolas. 17 Com a introdução da Reforma Administrativa Ultramarina de 1961, que tornou as colónias parte do Estado português e os súbditos coloniais os seus cidadãos, o desafio para os portugueses era reconhecer o Islão, em particular em África, como uma religião e os muçulmanos como culturalmente Portugueses. 18 Ao lidar com estas questões, o regime foi forçado a perceber que os crescentes movimentos de independência no norte de Moçambique envolviam, além dos Makonde do planalto de Mueda, porções significativas das regiões predominantemente muçulmanas. Este entendimento tornou-se um ponto de viragem nas políticas portuguesas do Islão entre 1965 e 1974, quando foram feitas tentativas para atrair os muçulmanos a apoiarem o colonialismo. 19 Por exemplo, o regime promoveu o hajj e construiu, restaurou e inaugurou mesquitas pomposamente. 20 A tendência salafista fez incursões no país em meados da década de 1950 e início da década de 1960, trazida por moçambicanos formados em escolas islâmicas da África Oriental, bem como no Seminário Dar Ul-Ulum Deoband na Índia e na Universidade de Medina na Arábia Saudita, entre outros. 21 Decididos a “purificar” o Islão local e a implantar uma “verdadeira” ortodoxia, tentaram eliminar o Sufismo e outras concepções e práticas que consideravam ser bid'a (árabe, alegadas inovações religiosas abomináveis). Os conflitos entre eles e os sufis eram muitas vezes violentos e sangrentos, e o domínio português por vezes convocou regimentos militares e prendeu centenas de pessoas. 22 Os salafistas condenados ao ostracismo foram expulsos das mesquitas existentes, na sua maioria sufis, e construíram as suas próprias mesquitas. O domínio colonial tentou tirar partido destes conflitos, mas a partir de 1968, optou por apoiar os Sufis depois de perceber a extensão do seu poder, e esperando que através deles os muçulmanos pudessem ser cooptados no contexto da guerra de libertação (1964)(1965)(1966)(1967)(1968)(1969)(1970)(1971)(1972)(1973)(1974). Estes esforços duraram pouco, pois o regime português entrou em colapso abrupto em 1974, derrubado pelo exército, e os territórios coloniais, incluindo Moçambique, conquistaram a independência em 1975.

Em 1977, o governo pós-independência, liderado pelo partido Frelimo, adoptou o marxismo e declarou que a religião era um obstáculo a uma modernização secular do país. Os muçulmanos foram submetidos a perseguições estatais juntamente com outros grupos religiosos. 23 No entanto, o governo mudou a sua abordagem em 1982 e, posteriormente, duas organizações nacionais foram oficialmente registadas. Um deles foi o Conselho Islâmico, representando a tendência salafista, que se tornou uma organização hierárquica centralizada de cima para baixo. O outro foi o Congresso Islâmico, aglomerando associações quase autônomas e ordens sufis díspares. Em pouco tempo, os dois lados reviveram a antiga

rivalidade e embarcaram na competição pelo patrocínio do partido no poder e das organizações islâmicas internacionais, como a Liga Muçulmana Mundial e a Agência Africana Muçulmana. Estes últimos, para além do habitual *dawa* (proselitismo) e da ajuda humanitária, apoiaram o Conselho Islâmico construindo as suas mesquitas, madrasas e Centros Culturais Islâmicos em muitas cidades e vilas do norte de Moçambique, onde ensinaram a ideologia salafista. A rivalidade envolveu não só as lideranças dos dois campos, mas também muçulmanos comuns a nível popular, que se envolveram em violência verbal e física. Os funerais e rituais relacionados estiveram no centro deste tipo de conflitos, a tal ponto que muitas famílias foram divididas devido às suas diferenças. Muitos imãs foram expulsos de suas mesquitas devido a rituais e sermões específicos. 24 Os líderes do Conselho Islâmico foram levados a tribunal, sujeitos ao ridículo público em panfletos anónimos e apresentados em várias cartas de reclamação ao Departamento de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça, ao Comité Central do Partido Frelimo e até ao Presidente Samora Machel. 25 Em algum momento no final da década de 1980, o governo concluiu que os conflitos entre muçulmanos eram inevitáveis e que os muçulmanos deviam resolver os seus conflitos sozinhos.

Em meados da década de 1990, os primeiros licenciados do norte de Moçambique pós-independência regressaram depois de concluírem os seus estudos islâmicos no estrangeiro. Embora partilhassem as opiniões salafistas sobre o Conselho Islâmico, não aprovavam a sua proximidade ao partido no poder, a Frelimo, que, no seu entendimento, ignorava a situação do norte empobrecido. 26 A maioria dos muçulmanos costeiros apoiava, de facto, o partido da oposição, a Renamo. 27 Como os líderes do Conselho eram afro-indianos nessa altura, foram acusados de racismo para com a maioria negra dos nortistas, bem como de serem regionalistas do sul, de usufruírem da riqueza dos seus negócios e desviarem os fundos das ONG islâmicas estrangeiras. Os jovens salafistas também pensavam que a geração mais velha estava a negligenciar a teologia e a não ser suficientemente dura com a proposta prevacente, do seu ponto de vista. Em 1998, fundaram um movimento chamado *Ahl al-Sunna* (árabe, povo de tradição, *Sunna*). 28 O termo implica que afirmam defender um sunismo “verdadeiro” “ortodoxo”, em oposição à geração mais velha de salafistas e sufis. Os jovens salafistas foram expulsos das mesquitas do Conselho e começaram a construir as suas próprias mesquitas com os fundos recolhidos das comunidades locais. As suas madrasas prestavam alguns serviços comunitários valiosos, como escolas corânicas para crianças, aulas de alfabetização de adultos em português, cursos de costura e de aquisição de outras competências e aulas religiosas para adultos, especialmente mulheres. Com o tempo, o ramo menos radical da *Ahl al-Sunna* reconciliou-se com o Conselho Islâmico, enquanto a parte mais radical foi organizada na AJID (Associação da Juventude Islâmica e de Desenvolvimento, Associação da Juventude Islâmica e Desenvolvimento) na província de Nampula, oficialmente registrado na década de 2010.

Como se pode depreender da história do Islão em Moçambique, cada nova onda de

mudanças nas concepções e práticas religiosas desafiou o status quo existente e especialmente a autoridade e legitimidade das lideranças religiosas estabelecidas. Isto levou a conflitos violentos entre os muçulmanos e resultou na expulsão dos neófitos das mesquitas e congregações existentes. A história muçulmana moçambicana mostra a repetição cíclica destas ocorrências até aos dias de hoje. Mostra também que o norte de Moçambique nunca esteve isolado da umma regional e global (comunidade árabe e muçulmana) e, em particular, dos seus laços com as costas da África Oriental da Tanzânia, Quênia, Somália e Comores, ou do Mundo Suaíli, tem sido duradouro, contínuo e ininterrupto. A fertilização cruzada e o diálogo em termos de interpretações e práticas religiosas destas regiões duraram muitos séculos e continuam até hoje.

Jihadismo Transnacional e Insurgência de Cabo Delgado

Segundo Habib, Forquilha e Pereira, a insurgência em Cabo Delgado foi iniciada pelos salafistas radicalizados na Arábia Saudita, que também foram influenciados por grupos jihadistas nos países vizinhos, nomeadamente na Tanzânia, no Quênia e na República Democrática do Congo. 29 Mas, como afirmado acima, os salafistas têm uma longa história em Moçambique, pelo menos desde as décadas de 1950 e 1960, e não provocaram a jihad. 30 Pelo contrário, os actuais insurgentes estão ligados ao jihadismo transnacional, que é um fenómeno relativamente recente, mesmo que os seus princípios básicos sejam próximos dos do salafismo tradicional. É um tipo de activismo violento que, em termos da sua ideologia, visa mobilizar os muçulmanos em todo o mundo para restaurar uma alegada concepção rigorosa da ordem política e religiosa dos primeiros tempos do Islão. 31 Tem um carácter de resistência inerentemente “glocal” (global-local); isto é, embora os jihadistas se oponham a Estados específicos com base em queixas locais, rebelam-se simultaneamente contra a ordem internacional da hegemonia ocidental. 32 O jihadismo transnacional tem três facetas: 1) é uma ideologia baseada numa interpretação radical e inovadora de fontes fundamentais do Islão, como o Alcorão, os hadith e as obras de alguns pensadores clássicos; 2) aproveita as queixas locais, especialmente contra o Estado, desencadeando insurreições ou canalizando a resistência existente em seu próprio benefício; e 3) representa também uma resistência contra a ordem global dominada pelo Ocidente. O jihadismo transnacional emergiu de movimentos e ideologias que os estudiosos agrupam sob a rubrica “Islamismo”, que significa tentativas de articular o Islão numa ordem política. 33 Os Islamistas argumentam que as riquezas dos seus países são controladas por governos corruptos e ineficazes, que por sua vez, são controlados pelo Ocidente, que através deles controla os seus recursos nacionais, e isto alegadamente mantém a maioria da população muçulmana do mundo pobre, desempregada e sem direitos civis e humanos. Embora o Islamismo seja politicamente heterogéneo, no sentido de que diferentes actores se especializam em actividades políticas qualitativamente diferentes, no campo ideológico tem raízes no Salafismo 34 e numa mistura de doutrina Wahhabi 35, pan-Islamismo de Jamal al-Din al-Afghani (1838 -1897), interpretações de Muhammad Abduh (1849-1905) e seus discípulos,

especialmente, Sayyid Qutb. Sayyid Qutb foi particularmente influente na definição da base ideológica do actual jihadismo, pois, seguindo Ibn Taymiyya (1263-1328), declarou que cabe ao crente decidir se o seu governo, mesmo muçulmano, é ilegítimo, e se então, se deve ser resistido ativamente ou não. 36 Qutb também atribuiu aos muçulmanos a responsabilidade de decidir se aqueles que os rodeavam eram infiéis (kafirun; sing. kafir) ou verdadeiros muçulmanos. Esta ênfase no takfir ('excomunhão' ou declaração de alguém como kafir) teve um efeito profundo no jihadismo actual, que enfatiza a luta contra o 'inimigo próximo', isto é, os muçulmanos sufis, seculares ou moderados. 37 Qutb encarregou os muçulmanos de tomar medidas para estabelecer uma ordem islâmica justa e pura que, na sua opinião, seja igual à dos tempos dos salaf (os fundadores do Islão), com a shariah (o caminho recto do Islão e da lei islâmica) e a Estado islâmico (khilafah, o califado). Ele acreditava que não era possível procurar a reforma da ordem social prevalecente através do diálogo e da persuasão, e declarou que a resistência direta e a jihad eram os únicos métodos possíveis e até obrigatórios para alcançar a mudança. 38 A perseguição de militantes islâmicos por governos Baathistas (de partidos sociais-democratas seculares) no Egipto, na Síria e no Iraque levou muitos deles ao exílio na Arábia Saudita, onde, nas décadas de 1970 e 1980, representaram o nascimento do jihadismo como um movimento populista globalista movimento. 39 Assim, o actual jihadismo extremista foi formado no exílio pela acção estratégica de elites marginalizadas empregadas nas recém-criadas organizações islâmicas internacionais e em novas instituições de ensino superior na Arábia Saudita. 40 O novo jihadismo emergiu de uma competição dentro desta elite, que devido à falta de supervisão governamental na Arábia Saudita, ao dinheiro do petróleo e às novas tecnologias de comunicação social, tornou-se ideologicamente eficaz à escala global. 41 Eles entraram na guerra no Afeganistão (1978)(1979)(1980)(1981)(1982)(1983)(1984)(1985)(1986)(1987)(1988)(1989)(1990)(1991)(1992) que atraiu ideólogos proeminentes do jihadismo como Ayman al-Zawahiri e Osama bin Laden. 42 Al-Zawahiri insistiu que o "inimigo distante" era o mesmo que o "inimigo próximo" numa jihad global, porque, na sua opinião, os Estados Unidos ("o inimigo distante") governavam o Médio Oriente através de "fantoques locais". ('o inimigo próximo'), constituindo um sistema que ele chamou de 'colonialismo velado'. Bin Laden declarou que todos os bens e cidadãos dos EUA em todo o mundo eram alvos legítimos de ataque e até incentivou ataques dentro dos EUA. 43 A jihad afegã produziu redes transnacionais de militantes que causaram alguns actos terroristas graves que culminaram no 11 de Setembro. Os EUA responderam declarando uma guerra global ao terrorismo contra o extremismo islâmico e invadiram o Afeganistão em 2001 e o Iraque em 2003. A remoção das elites sunitas iraquianas do poder político e militar que foi transferido para a maioria xiita desencadeou graves perseguições contra a minoria sunita e exacerbou a violência sectária. 44 Além disso, o Iraque substituiu o Afeganistão como campo de treino onde uma nova geração de militantes adquiriu conhecimentos militares e construiu relações pessoais através de experiências de combate comuns. A guerra contra o regime de Assad na Síria, juntamente com a situação instável no Iraque, trouxe à luz um novo grupo jihadista, o Estado Islâmico (EI), com uma postura muito mais violenta do que a dos seus antecessores.

45 O EI priorizou a ação (jihad violenta) sobre a teoria (teologia) e a conquista de territórios. 46 militantes africanos têm participado nestes debates globais e nas guerras transnacionais. Em 1991, uma tentativa dos partidos políticos islâmicos de tomar o poder através do processo democrático na Argélia falhou. 47 Os militares argelinos intervieram para cancelar as eleições parlamentares que a Frente Islâmica de Salvação estava prestes a vencer. A Frente foi banida e seus membros foram presos aos milhares. Como resultado, formaram-se vários grupos jihadistas armados, alguns ligados à Frente, outros independentes e mais extremistas, que se expandiram para o Mali, Níger e Chade. 48 Posteriormente, o Boko Haram surgiu em 2002-2003 na Nigéria e declarou lealdade ao EI em 2015.⁴⁹ A organização dividiu-se posteriormente em duas, uma das quais se tornou a Província do Estado Islâmico da África Ocidental (ISWAP) em 2016. No leste Do lado africano, o al-Shabaab foi lançado em 2006 na Somália e declarou lealdade à Al-Qaeda em 2012⁵⁰, mesmo ano em que o grupo jihadista Al-Hijra do Quênia o fez. 51 Os insurgentes de Cabo Delgado hastearam a bandeira do EI em 2019, adoptaram os seus símbolos e até as suas tácticas brutais. Isto aponta para a enorme influência ideológica do EI, pois, segundo Tara Candland et al., o EI enfatiza que certos critérios devem ser cumpridos para que um grupo seja formalmente aceite. 54 Isto envolve o juramento público de lealdade (bayat) à liderança do EI, que deve então aceitar oficialmente os candidatos. No caso de Cabo Delgado, os órgãos de propaganda do EI indicam que os insurgentes foram aceites e Cabo Delgado formalmente incorporado na Província Centro-Africana do EI. 55 O EI também desempenha um papel na aprovação, se não na nomeação direta, do líder do grupo, atribuindo-lhe o título abrangente de wali (governador) de uma província. 56 Os esforços para consolidar diferentes grupos e facções sob uma única bandeira e uma única liderança constituem uma componente importante deste processo. Além disso, o grupo deve adoptar e aplicar a aqeeda (credo) e manhaj (metodologia) do EI para orientar as suas actividades ideológicas, militares, de governação e de propaganda. 57 O EI proporciona assim aos seus seguidores um sistema ideológico abrangente através da aqeeda e uma estratégia político-militar faseada através do seu manhaj. Uma característica importante da aqeeda do EI é a sua posição extrema em relação ao takfir, isto é, identificar como não-crentes (kafir) não apenas os não-muçulmanos, mas também os muçulmanos que não partilham a sua visão.

No entanto, antes do início da insurgência em 2017, o ideólogo jihadista mais influente em Cabo Delgado era Aboud Rogo Muhammed (1968-2012), cujos sermões gravados circularam amplamente na província. 58 Aboud Rogo foi um dos líderes da Al-Hijra queniana com ligações à Al-Qaeda na África Oriental e à Al-Shabaab da Somália. 59 Al-Hijra foi responsável por vários ataques terroristas no Quênia. Inicialmente, Aboud Rogo juntou-se ao Partido Islâmico do Quênia e concorreu sem sucesso a um assento no conselho municipal de Mombaça. 60 Desencantado com a política partidária, descreveu a marginalização local dos muçulmanos como parte de um ataque global ao Islão e apresentou a resistência violenta como uma resposta legítima a esta alegada opressão. Ele pregou contra o Estado secular como injusto e corrupto e extorquiu os muçulmanos para travarem uma jihad a fim de

instalar um Estado islâmico nas regiões de maioria muçulmana do Quênia; concentrou-se em definir e justificar atividades jihadistas violentas em áreas que considerava “ocupadas” por não-muçulmanos, especialmente cristãos; e ele racionalizou o assassinato dos chamados kafirs, cristãos e muçulmanos não radicais, conforme necessário. 61 Aqueles que tiveram contacto directo com os jovens radicalizados de Cabo Delgado relataram ter testemunhado os seus apelos à jihad violenta para derrubar o estado secular alegadamente corrupto e injusto de Moçambique. 62 Por exemplo, um dos entrevistados afirmou que 'estes insurgentes herdaram a sua aqeeda [credo] do Quênia, de Aboud Rogo, que começou a expandir essa aqeeda para a Tanzânia e Moçambique'. 63 Mas os sermões de Aboud Rogo eram, de facto, populares em todas as épocas e filiações religiosas, tanto entre sufis como salafistas, porque muitas pessoas sentiam que os sermões reflectiam a sua própria realidade e queixas. 64 Um dos jovens entrevistados, de vinte e poucos anos, observou: Eu ouvia ele no YouTube; assim como muitas pessoas. Ele estava dizendo que o governo não nos ajuda. Se um patrão que trabalha para o governo comete um crime, nada acontece com ele; mas se um muçulmano comum causa algum problema, o governo o mata. O governo é corrupto até a medula. 65 Outros comentaram:

Começamos a ouvir os sermões de Aboud Rogo em 2014... As pessoas costumavam fazer seus sermões muito alto. Houve uma altura em Nanduadua [bairro de Mocímboa da Praia], em que Ali Mabondo [um dos líderes da insurgência] colocava três grandes oradores ao mesmo tempo com os seus sermões, e as pessoas ouviam. Mabondo insistiu que deveríamos seguir Rogo, que disse "por que vocês frequentam escolas públicas em vez de religiosas?" E, "Criaremos tribunais islâmicos aqui em Mombaça". Ele disse que o governo não faz nada pelo bem-estar dos muçulmanos, que os muçulmanos são pobres, atrasados, discriminados, marginalizados e que as periferias muçulmanas não beneficiam de nenhum projecto de desenvolvimento do governo. Rogo falou muito mal do governo; ele disse que o governo é injusto, rouba das pessoas e é corrupto. Ele disse que deveríamos mudar nossa vida, fazer as coisas com nossas próprias mãos. Mabondo também costumava dizer que nós, no litoral, somos marginalizados e que o dinheiro do governo não chega até nós. Muitas pessoas concordaram. Na verdade, o que Aboud Rogo disse sobre Mombaça poderia ser aplicável também a Mocímboa da Praia. 66 Quando uma posição mais radical dos futuros insurgentes se tornou pública em 2015, causou grande agitação e desencadeou a oposição dos sufis e especialmente dos salafistas do Conselho Islâmico e da Agência Africana Muçulmana. Como recordado pelas pessoas entrevistadas: [Os futuros insurgentes] ouviram os sermões de Aboud Rogo sobre a libertação do Islão dos kafirs, que a sharia deveria governar o mundo e que deveríamos aplicar huddud, cortar mãos e apedrejar pessoas. Disseram que deveríamos substituir o governo pelo Estado Islâmico. 67 Depois, eles [futuros insurgentes] disseram-nos para não frequentarmos escolas públicas e apenas frequentarmos a madrasa; e não ir aos hospitais também. 68 Mas mesmo para estudar [numa universidade islâmica] na Arábia Saudita, é preciso primeiro completar o 12º ano da escola. Como você pode não estudar na escola? Mas os insurgentes consideram a Arábia

Saudita um país kafir unido aos EUA. 69 Quando começaram a lecionar na madrasa, disseram que não aceitariam o documento de identidade do governo, porque tem foto; disseram que é shirk [idolatria e politeísmo, ato de associar Deus a imagens]. Eles não aceitaram a documentação do governo. 70 Eles disseram: 'Não aceitem o governo e não aceitem os bens do governo, apenas de Deus.' 71 Eles nos disseram: 'O governo é kafir, então deveríamos deixar o governo. Se seguirmos o governo, também seremos kafir.' 72 Disseram também que queriam que a bandeira da Frelimo fosse derrubada e a sua bandeira levantada. 73 No entanto, o ponto de ebulição foi atingido quando os futuros insurgentes começaram a entrar nas mesquitas armados com facas e catanas, e usando sapatos e calças curtas. Um dos shaykhs mais autorizados expressou sua aversão a estes atos:

Compreendemos que eles estavam vestidos e agiam como guerreiros da época do profeta Maomé na jihad. Mas por que eles começaram uma jihad? Quem lhes deu permissão e com que fim? Para derrubar o governo? Moçambique é vasto; há muitas pessoas que não são muçulmanas aqui. O que eles conseguirão? Separar Cabo Delgado do resto de Moçambique? Lutámos pela nossa independência do colonialismo português, para termos um país independente, o nosso Moçambique. Não permitiremos que ninguém divida o nosso país ou perturbe a paz. O Alcorão deixa claro que o único momento permitido para a jihad é o Último Dia do Juízo. 74 Esta visão foi reiterada por outro shaykh influente:

A jihad indicada por Allah é a do Dia do Juízo Final. Quando estas pessoas declararam a sua jihad, ficámos surpreendidos. A hora ainda não chegou. Essas pessoas lutam pelos seus próprios interesses. E somos proibidos de matar por Allah. O seu objectivo, mesmo que falem sobre o Islão, não é de Alá. É chocante para nós que eles queiram matar. Eles são munafique [hipócritas]. 75 Outro shaykh idoso e proeminente expressou os seus sentimentos desta forma:

Lutámos contra os colonizadores, conseguimos a nossa independência, para podermos governar o nosso próprio país. Mas o que querem estes insurgentes? Nada. Apenas para destruir nossos irmãos e nosso país. Não permitiremos que o nosso país seja ultrapassado pelos nasuzuki [vernáculo Makua, bandidos]. 76 Em 2016, a rejeição por parte do antigo establishment religioso aos futuros insurgentes era total, e eles foram expulsos até das mesquitas da Agência Africana Muçulmana, organização à qual estavam anteriormente vinculados. 77 Foram expulsos de todas as mesquitas e proibidos de entrar nas mesquitas, porque tinham facas e queriam derrubar o governo. Foram expulsos da Mesquita Central de Mocímboa da Praia, do bairro da Mesquita de Milamba da Agência Africana Muçulmana, e até da mesquita da Agência Africana Muçulmana do bairro Nacala os expulsou, apesar de já terem trabalhado naquela mesquita antes. 78 Segundo as pessoas entrevistadas, os líderes insurgentes, como Omar Machude, Ali Mabondo e Ibn Qidal, entre outros, receberam a sua instrução religiosa nas madrassas e nos Centros Culturais Islâmicos da Agência Africana Muçulmana. 79 Mas até Ahmad Suleiman Mbone, o feroz líder militante desta organização

em Mocímboa da Praia, denunciou os jovens irreverentes. 80 Houve diversas disputas violentas entre ele e os rebeldes, mas, ameaçado de morte, foi forçado a esconder-se. 81 Os confrontos levaram a que o establishment religioso os denunciasse publicamente e apresentasse queixas contra eles à polícia e às administrações locais. 82 Sem surpresa e de acordo com o precedente histórico, os administradores de Mocímboa da Praia e Macomia reagiram calmamente dizendo que estas eram disputas internas muçulmanas e que os líderes religiosos deviam encontrar uma solução para os seus “problemas relacionados com a mesquita”, como eles disseram. 83 Mas noutras regiões, os governos distritais iniciaram perseguições e prisões, fazendo com que os restantes jovens fugissem para Mocímboa da Praia e Macomia. Lá, a ideia de libertar à força os camaradas presos foi concebida e tentada ser concretizada no fatídico dia 5 de Outubro de 2017.

Entretanto, os futuros insurgentes começaram a enviar SMS ameaçadores aos membros do Conselho Islâmico 84 e da Agência Africana Muçulmana, chamando-os de kafir:

Até um jovem, que acabava de regressar depois de completar os seus estudos islâmicos em Medina, recebeu mensagens SMS dizendo 'você, da Agência Africana Muçulmana, você é kafir. Nós vamos matar você.' 85 Esta foi uma ocorrência extraordinária porque anteriormente eles chamavam os kafir apenas de sufis, poupando os salafistas mais velhos:

Os sufis são atacados por todos, pela Agência Africana Muçulmana, pelo Conselho Islâmico e pelos insurgentes. Eles nos disseram que não sabemos nada sobre o Islã.

[Os futuros insurgentes] costumavam nos dizer: 'você é kafir, deveria ser jogado em um poço. O seu tempo acabou...' Foi surpreendente ouvi-los rotular a Agência Africana Muçulmana e o Conselho Islâmico de kafir também. 86 Os futuros insurgentes começaram a reunir-se num edifício inacabado na zona de Nanduadua, em Mocímboa da Praia, que transformaram numa mesquita com as suas próprias contribuições monetárias e laborais. 87 Então: Alguns meses depois, saíram de Mocímboa da Praia pela estrada para Palma e foram para os mangais de Palma, em minas de sal, longe de Mocímboa da Praia. Eles organizaram seus campos de treinamento lá, eles se esconderam lá. Mas outros membros de Quiteraje, Pangane, Quissanga e outros juntaram-se a eles. 88 Também treinaram num local arborizado perto de Palma, onde as pessoas costumavam recolher lenha. 89 Eles treinaram nas ilhas e também em Pangane. 90 Quando decidiram que tinham recrutas suficientes, começaram a circular em carros com recrutas para cortar madeira e vender, para fazer espingardas de caçador, enquanto treinavam. Depois trouxeram a madeira e venderam, e o outro grupo de recrutas foi levado para treinamento. Isso foi feito em turnos. Ninguém falava, tudo estava escondido, tudo era feito em segredo. Quando decidiram que tinham recrutas suficientes, começaram a fazer coisas más. Mas foi isso que ouvimos; nós não nos víamos.

Protagonistas da Insurgência: Ahl al-Sunna / Ash-Shabab

A nova geração dos Ahl al-Sunna Salafis são os protagonistas militantes da actual insurgência, embora os membros originais deste movimento, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, não fossem tão agressivos como os de hoje. O mínimo que se pode dizer sobre a geração anterior é que ela abriu as portas para o confronto com os salafistas mais velhos, cuja principal preocupação até então era com os supostos bid'a, shirk e jahiliyya (árabe, ignorância), todos atribuídos aos sufis. . O nome Ahl al-Sunna indica que eles afirmam ser seguidores da Sunna (o Alcorão e o hadith, ou seja, as tradições do Profeta Muhammad), e certamente não são uma 'nova seita' e muito menos Alcorãos. 92 O nome também implica que eles se viam como "verdadeiros" sunitas ortodoxos, em oposição a outros muçulmanos de Moçambique.

O segundo nome pelo qual os insurgentes são conhecidos é ash-Shabab, que vem da palavra árabe que significa juventude (shababi no Kiswahili clássico e no antigo Kimwani), o que implica que a revolta da juventude está na base desta insurgência. Os entrevistados indicaram que ash-Shabab foi o nome que os insurgentes se deram: 'Ash-shabab são os jovens, eles próprios inventaram este nome. Eles visaram deliberadamente para recrutamento os jovens pobres, desempregados e que não estudavam». 93 Separaram-nos das gerações mais velhas da liderança islâmica, dos serviços governamentais e até das suas próprias famílias. Segundo os entrevistados:

Eles são chamados de ash-Shabab porque são jovens. Eles começaram a se autodenominar ash-Shabab, porque estavam focados nos mais jovens. Os seus líderes não são jovens, mas são mais jovens que os líderes do Conselho Islâmico ou das Ordens Sufi. Eles estavam se aproveitando dos jovens, principalmente dos adolescentes. Em cada aldeia, eles se concentraram em treinar e ensinar os jovens. Disseram que tinham esperança apenas nos jovens e dirigiram-se apenas aos jovens, que separaram dos pais. Ao fazer da'wa (proselitismo) em Milamba, Nanduadua e nas aldeias, o ash-Shabab abordou principalmente adolescentes com cerca de 16 anos de idade ou mais para recrutamento. 95 Em 2016, o ash-Shabab começou a reunir-se com os jovens à noite, depois das 18h. Quando abordaram os jovens pela primeira vez, perguntaram 'onde você trabalha?' Enquanto não estivessem no governo, dariam-lhes dinheiro para iniciar um negócio ou pagar dívidas. Muitos jovens nem sequer sabiam sobre matar e decapitar; eles não estavam preparados para isso. 96 Costumavam dar dinheiro aos jovens, dizendo 'vamos trabalhar juntos'. Os jovens iam a Nampula vender peixe, compravam milho e abriam barracas em lojas e mercados. Era como um sistema de crédito, criado especialmente para os jovens pobres. Estes foram convidados a recrutar outros jovens. Desta forma foram criadas equipas de jovens. O ash-Shabab disse-lhes: 'este país é pobre. Meu chefe tem madrasa e mesquita, ele dá sadaqa (caridade), depois do Juma você receberá dinheiro. 'Até agora ninguém sabe de onde veio o dinheiro. Tem sido impossível saber. Ninguém sabe quem é o chefe. 97 Jovens foram recrutados por causa de dinheiro. Agora eles estão morrendo por causa do dinheiro. Somos pobres, se chega alguém

e mostra dinheiro, nossos filhos abandonam os pais e ficam com eles. O ash-Shabab deu instruções e conquistou os jovens. Esses jovens recrutaram outros dizendo que recebiam dinheiro. Com esse dinheiro, os jovens compraram material de construção, têxteis, abriram bancas de mercado e assim por diante. Aqueles que tinham filhos, seus filhos de repente estavam vestidos e bem alimentados. Não sabemos de onde veio o dinheiro. Estava escondido de nós. Era o segredo deles. 98 Além de causar fissuras na geração mais velha de liderança religiosa, o ash-Shabab induziu divisões nas famílias entre pais e filhos, e entre avós e netos:

Deram conselhos aos nossos filhos, que foram tirados de nós, seus pais, sem que soubéssemos. Eles nos chamavam de kafir, então nossos filhos nos abandonaram. Nossos filhos também nos chamavam de kafir e até disseram que iriam nos esfaquear. O ash-Shabab disse que nós, pais, nada sabemos sobre o Alcorão. Realizavam nikahi (casamento), casavam meninas sem informar os pais, sem o consentimento dos pais, dizendo que os pais eram ignorantes, que só faziam coisas haram (ilícitas). O nikahi foi realizado por walimu entre os próprios jovens. 99 Então começaram a dizer que se uma mãe não se cobrisse, se ela não fosse religiosa, ou se fosse cristã, ela era uma kafir; e se um pai não tivesse barba, ele era kafir. Eles disseram que é haram estar associado a eles, mesmo que sejam seus pais. Mas o Alcorão diz que o pai tem o direito de casar com os seus filhos. Que devemos respeitar nossos pais. Que a porta do paraíso está aos pés das nossas mães. Eles ainda não permitiam que as meninas que se casassem com eles vissem os pais após o casamento. 100 Assim, a insurgência de Cabo Delgado não é diferente de movimentos jihadistas radicais semelhantes em África, onde se destaca um elemento de rebelião juvenil. A tensão geracional esteve presente na fundação da ADF, do Boko Haram e da Al-Hijra, por exemplo. 101 Isto não é surpreendente, uma vez que a maioria dos países subsarianos são marcados por elevadas taxas de natalidade e uma demografia jovem, mas por economias em deterioração e por regimes cada vez mais corruptos e autocráticos. Os jovens têm dificuldade em ter acesso à educação, ao emprego, à promoção social e à representação política. Diz-se que muitos deles vivem num estado de “espera” devido à falta de mobilidade social e à diminuição das aspirações. 102 Numerosos estudos apontam que o desemprego juvenil, a exclusão social e as expectativas frustradas conduzem a uma maior instabilidade sociopolítica e, entre os muçulmanos, à adesão ao extremismo islâmico. 103 Como pode ser visto nos relatos das pessoas entrevistadas, os jovens, muitos dos quais eram menores, foram sujeitos a doutrinação e a uma separação e alienação semelhante a um culto das suas famílias e comunidades.

Também foi oferecido dinheiro aos jovens para serem recrutados para as fileiras do Ash-Shabab, mas a origem desse dinheiro permanece obscura e necessita de mais investigação. É possível que o 'chefe' fosse empresário/empresários locais, invejosos das elites da Frelimo. Além disso, os simpatizantes dos rebeldes poderiam ter recolhido dinheiro regularmente e doado, bem como os próprios líderes da insurgência poderiam ter contribuído com os seus

próprios negócios. No entanto, existem muitas especulações entre jornalistas e analistas sobre o envolvimento dos insurgentes em actividades criminosas como a caça furtiva, a venda ilegal de madeira e a mineração, bem como o tráfico de drogas. Mas este tipo de crimes já tem uma longa história em Moçambique e muitos estudos ligam-nos à elite política do país. 104 Hansen salienta que o argumento de que existe uma simbiose entre redes criminosas e o jihadismo negligencia o facto de regimes e redes locais estarem envolvidos há muito tempo e muitas vezes controlarem estas práticas. 105 No entanto, o International Crisis Group cita “fontes que trabalham nos bancos da cidade [em 2017] que relatam que quantias substanciais de dinheiro fluíram para Mocímboa da Praia provenientes da Somália e de outros lugares” 106 , presumivelmente de outros grupos jihadistas como o Al-Shabaab de Somália.

Traços comuns dos jovens, como a justa indignação, o prazer de enfrentar um desafio, o sentimento de perseguição e a recusa em se conformar, podem ser vistos em todos os grupos radicais. 107 Certamente, desempenharam um papel no surgimento e na continuidade da insurgência Ash-Shabab. Aqueles que se juntam a estes grupos radicais procuram pertencimento, aceitação e uma sociedade que se promova como uma unidade com objetivos sociais comuns, o que é especialmente visível no caso do EI como um pseudo-Estado em busca de cidadãos. Além disso, o alistamento em organizações extremistas proporciona aos jovens o sentimento de parentesco recém-descoberto e o concomitante aumento da auto-estima. 108 Uma característica interessante do ash-Shabab, que não foi abordada por estudos mais amplos, exceto uma vez por João Feijó 109 , é a presença de mulheres:

Havia muitas mulheres jovens no Ash-Shabab, muitas delas com armas, sabiam como usá-las. A maioria destas mulheres eram locais, mas havia algumas da Tanzânia e também algumas mulheres brancas [ou seja, havia combatentes estrangeiros, incluindo mulheres]. 110 Havia muitas mulheres que eram membros do ash-Shabab, que voluntariamente foram lutar. Eles cobriram o rosto, então ninguém sabia quem eram eles. Ash-Shabab costumava dizer que mostrar o rosto das mulheres era pecado. Houve mulheres que ensinaram os costumes do Ash-Shabab a outras mulheres e raparigas antes do início da insurgência. As belas casaram-se com os chefes do ash-Shabab. Essas são mulheres protegidas. E havia Rosa Salimo, de Quiteraje, no distrito de Macomia, que é uma das comandantes do ash-Shabab. Ela disse que assumiria o comando; ela tinha perspicácia militar. Ela tinha uma visão política e treinou outras pessoas. 111 As testemunhas oculares afirmaram que os jovens que atacaram as prisões em Outubro de 2017 entraram em Mocímboa da Praia portando maioritariamente armas brancas e outros instrumentos contundentes, e algumas armas de fogo. 112 Quatro agressores foram mortos a tiros e dois policiais mortos no confronto. A polícia declarou ter detido 52 pessoas na sequência dos ataques. Muitos residentes locais alegaram que jovens muçulmanos desapareceram da região na sequência dos ataques e suspeitaram que foram executados extrajudicialmente pela segurança moçambicana: 113 A

polícia começou a prender todos os jovens, mesmo mulheres jovens com bebês. Todos eles desapareceram nas mãos da segurança. Até agora não sabemos o que aconteceu com eles. 114 Alguns eram inocentes. Eles sofreram sem saber de nada. Foi muito complicado. Alguns não perceberam o quão perigoso era juntar-se ao Ash-Shabab. Fizeram-no inocentemente porque eram demasiado jovens e foram torturados e mortos pelos seguranças. 115 No final de Dezembro de 2017, as forças governamentais realizaram um ataque de helicóptero e um bombardeamento a partir de navios de guerra na aldeia de Mitumbate, onde alegadamente os ash-Shabab estavam escondidos, matando alegadamente 50 pessoas, incluindo mulheres e crianças, e detendo cerca de 200 outras pessoas. . As autoridades de saúde locais disseram a um jornal moçambicano que as suas instalações hospitalares estavam sobrecarregadas de feridos que procuravam tratamento. As forças de segurança e defesa do Estado destruíram várias mesquitas construídas pelo ash-Shabab e prenderam, torturaram e até mataram alguns shaykhs e imãs, muitos dos quais nada tinham a ver com o ash-Shabab. Como recordado por um proeminente shaykh do Conselho Islâmico, que passou pelo campo de concentração montado para o ash-Shabab e os seus simpatizantes em Mueda:

Fui preso pela polícia e seria executado. Fui levado primeiro para Mocímboa da Praia e no dia seguinte para Mueda, onde foi montado um campo de concentração para o Ash-Shabab e aqueles que eram suspeitos de serem seus simpatizantes. Lá eles foram torturados e mortos pelas forças de segurança. Fui salvo pela liderança do Conselho Islâmico no último minuto. 116 Sem dúvida que estas acções alienaram muitas pessoas do Estado e contribuíram para o endurecimento da posição dos insurgentes, e talvez até os tenham aproximado de grupos como o EI. 117 Como salienta Luca Raineri: Surpreendentemente, na prática, todos os estudos centrados na ascensão do jihadismo em África - independentemente da sua metodologia ou base geográfica - convergem para a mesma explicação e corroboram a conclusão de que os abusos perpetrados pelas autoridades estatais - incluindo alegações da corrupção, da discriminação sistemática, das detenções arbitrárias, das execuções extrajudiciais, etc. – são os principais impulsores do jihadismo. 118

Porquê Cabo Delgado?

Se os moçambicanos não manifestaram o jihadismo antes de 2017, então a questão é: porquê em 2017 e porquê em Cabo Delgado? A província de Nampula tem quase o dobro de muçulmanos que Cabo Delgado e 62% da população do Niassa é muçulmana, então porque é que a insurgência não começou nestas regiões? 119 E aqui chegamos à segunda questão, a da existência de um ambiente favorável e fértil para a penetração e expansão do jihadismo. 120 As práticas excludentes de governação política e económica das instituições locais ou centrais do Estado, as tensões étnicas, a marginalização ou exclusão percebida ou real, a má gestão, a corrupção, a violência policial, as tensões entre o centro e a periferia, tudo isto fertiliza o solo para o florescimento do jihadismo. 121 No Quênia, no Uganda, no Mali, na

Nigéria e noutros locais, as identidades sociais, incluindo étnicas e religiosas, são fundamentais para o desejo dos indivíduos de aderirem a grupos extremistas violentos devido à percepção de exclusão política e privação relativa devido a essas identidades. 122 Isto também é visível na Tanzânia e no Quênia, onde existem elevadas taxas de desemprego e pobreza nas zonas costeiras muçulmanas. 123 Provavelmente as comunidades muçulmanas destas regiões e do norte costeiro de Moçambique que, como referido acima, já estiveram histórica e culturalmente interligadas numa *longue durée*, influenciam a disposição umas das outras em relação ao estado pós-colonial, à indústria extractiva e ao jihadismo translocal. Os jovens muçulmanos da costa de Cabo Delgado sentem-se mais marginalizados e desfavorecidos do que os de outras partes do país porque esta província tem sido a mais negligenciada pelo Estado em termos do seu desenvolvimento económico e humano, até recentemente quando recursos naturais como rubis, grafite, carvão, fosfato, safiras e madeiras nobres, passaram a ser explorados por empresas multinacionais. Em 2010, foram também encontradas grandes jazidas de gás natural no mar e na bacia do rio Rovuma. As empresas norte-americanas Anadarko, Occidental e Exxon Mobil, a francesa Total Energies, a italiana Eni e outras empresas transnacionais juntamente com o Estado moçambicano tornaram-se os principais detentores da emergente indústria do gás. A Anadarko também adquiriu terrenos em Mocímboa da Praia (posteriormente transferidos para a Total Energies) para perfuração onshore, além de 7.000 hectares na Península de Afungi, em Palma, para a construção de um complexo de processamento de gás (GNL) e alguns terrenos nas áreas circundantes da cidade de Pemba para a construção de o centro logístico.

Em muitas sociedades produtoras de petróleo e gás, o extremismo violento é gerado por queixas reais ou percebidas, tais como discriminação, marginalização, injustiça, repressão e outros abusos por parte do Estado, que exacerbam queixas pré-existentes com uma forte componente histórica. 124 Como argumenta Penelope Anthias, em casos semelhantes:

O problema da legitimidade do Estado é agravado pela espacialidade da actividade extractiva, em que os impactos sociais e ambientais se acumulam em territórios ricos em recursos naturais (muitas vezes marginais ao projecto de desenvolvimento nacional e povoados por minorias étnicas), enquanto a riqueza derivada desses recursos é acumuladas e geridas pelas elites nacionais, muitas vezes com base em reivindicações estatais de propriedade do subsolo. 125 As reivindicações de soberania e cidadania baseadas na indigeneidade e na territorialidade são centrais para as insurgências baseadas em queixas mobilizadas contra o Estado, e percebidas como apoiando enclaves extrativistas internacionais às custas da população local [o 'verdadeiro proprietário' da terra], e sem seu consentimento ou envolvimento. 126 No caso de Cabo Delgado, as comunidades muçulmanas *longue durée* ao longo da costa, em particular Mwani (mas também Makua e Makwe), reivindicam a faixa costeira e as ilhas próximas, onde a indústria do gás e outros negócios estão a ser instalados, como seus terras ancestrais. 127 Tania Li observa que a

terra não é apenas uma geografia e um meio de subsistência, mas está imbuída de significados sociais e culturais. 128 Para os Mwani e outros muçulmanos costeiros, as ilhas e a costa marítima abrangem áreas de pesca e cultivo, e o domínio histórico dos seus antepassados. A ocupação destas terras por outros pode ser interpretada como um desenraizamento físico e espiritual da sua história e identidade. Além disso, o processo de implementação da indústria extractiva, em particular o pagamento de compensações pela terra e a deslocalização das populações para outras regiões, tem sido rodeado de controvérsia devido à alegada corrupção e à crescente desigualdade. 129 As queixas pré-existentes dos muçulmanos de Cabo Delgado com uma forte componente histórica incluem a memória histórica imersa em conflitos políticos, interétnicos e religiosos violentos, a luta por terras e recursos, em particular entre os muçulmanos Mwani e os Makonde, maioritariamente cristãos. Isto é perceptível em Mocímboa da Praia, que tem uma pequena e antiga população Makonde, mas cujos números têm aumentado constantemente desde a década de 1980, e nomeadamente desde os acordos de paz de 1992. 130 Isto levou a uma mudança no poder político e na influência em Moçambique. esta cidade. De acordo com as pessoas entrevistadas, os Makonde têm beneficiado continuamente, económica e politicamente, da sua associação com o partido no poder, a Frelimo, à custa dos 132... se vir um Mwani nas Águas ou na Electricidade de Moçambique (Empresas de Serviços Públicos de Água e Electricidade), ele ou ela geralmente é uma serva... O Mwani tem sempre que ser um servo e o Makonde um chefe. 133 Além da aparente invasão Makonde nas suas terras e do alegado favoritismo de que beneficiam devido à sua lealdade à Frelimo, os Mwani, que apoiam maioritariamente a Renamo, também sofreram represálias violentas durante os períodos eleitorais. No início da década de 2000, os Makonde expulsaram a população Mwani dos seus assentamentos históricos nas zonas mais baixas do distrito de Muidumbe, no Planalto de Mueda. 134 Em Setembro de 2005, os bairros Mwani de Mocímboa da Praia, em particular Nanduadua, sofreram violentos motins Makonde que resultaram em pelo menos 12 mortes, 30 detenções e 45 feridos. 135 Os manifestantes incendiaram muitas casas Mwani.

A inimizade entre os Mwani e os Makonde agravou-se com a eleição de um presidente Makonde, que se diz ter aberto caminho para que ele próprio e outros Frelimistas Makonde assumissem o controlo dos recursos naturais de Cabo Delgado, a maioria dos quais não estão localizados na zona histórica. Zonas Makonde. 136 Em particular, os depósitos de gás estão nas regiões costeiras habitadas pelos Mwani. A população local contestou a perda de terras e meios de subsistência nestas áreas, mas os seus protestos foram reprimidos pelo Estado. Eis como os muçulmanos entrevistados veem as queixas relacionadas com a terra em Cabo Delgado, que contribuíram para o sentimento geral de revolta da população e foram articuladas pelos insurgentes para ganhar confiança e novos recrutas:

A perfuração foi realizada nas áreas de Milamba e Zimileta, em Mocímboa da Praia, pela Anadarko. Agora a área pertence à Total Energies. Não houve grandes problemas com as

ilhas próximas à perfuração porque ninguém morava lá e as pessoas eram indenizadas. Porém, muitas pessoas reclamaram que não receberam nenhum dinheiro, que, segundo eles, foi roubado pelo governo provincial. As empresas perfuraram os terrenos em Cheta, mas os canos subiram até Milamba, o que irritou muitos moradores.

Muitas ilhas foram interditas pelo administrador de Palma. As pessoas foram expulsas de lá pelas forças militares, mais ou menos em 2014. Mandaram-nos sair; foi o administrador de Palma quem fez isso. Eles apenas bateram e perseguiram, sem explicação. As pessoas dizem: 'Nyusi [o presidente de Moçambique, que é Makonde] vendeu as nossas ilhas', 'Chipande [general sênior da Frelimo, um Makonde] tomou as nossas ilhas', mas a população não foi compensada. Disseram-nos que a terra pertence a Deus, mas essas ilhas e a costa pertenciam aos nossos antepassados, mesmo que ninguém vivesse realmente nessas ilhas. É por isso que o ash-Shabab teve apoio em Mocímboa da Praia.

Em algumas ilhas, as pessoas têm coqueiros. Os coqueiros da nossa família ainda estão lá. Quando pescam, os pescadores escondem-se ali [ou seja, estas ilhas eram tradicionalmente locais de descanso para os pescadores em alto mar, mas agora são obrigados a descansar enquanto se escondem das forças de segurança]. São muitas ilhas, Muchanga, Quifuque e outras, todas ocupadas agora. Não sabemos por quem. Mas quem se apropriou deles é o administrador de Palma. A quem ele os deu, não sabemos.

Toda a zona costeira também está ocupada. Nós, população, não temos acesso às nossas terras ancestrais e não sabemos porquê. Se tentarmos, seremos confrontados com violência por parte do governo. Não sabemos quem tomou a costa e as ilhas, mas ninguém recebeu indemnização. Ouvimos dizer que existe uma ligação entre o governo e a Anadarko e a Total Energies, e que a Total quer toda a costa para si. Mas ninguém nos consultou. 137 Em Macomia, Chipande conquistou uma enorme extensão de terra na costa de Muchojo e Pangane. Ele não falou com ninguém, apenas expulsou todo mundo, afugentou o povo com seus homens armados. Chipande quer toda a costa de Pangani.

Em Mocímboa da Praia, metade da ilha de Quifique pertence a um sul-africano, enquanto a outra metade pertence à população local, mas Chipande afugentou a população. Agora pertence a Chipande. Nyusi ocupou uma enorme extensão de terra na zona de Chimileta, em Mocímboa da Praia. Ele também tomou a ilha próxima. Ele não deu nenhuma explicação à população. 138 Assim, de facto, as queixas da população muçulmana costeira são dirigidas contra as elites políticas cristãs macondes, usurpadoras de terras e manejadoras de armas, que dirigem o governo do país e pertencem ao partido governante Frelimo, e não contra o povo maconde comum. Como tal. E as áreas onde o ash-Shabab teve algum apoio popular e algumas vitórias militares são exactamente aquelas onde a ocupação da terra por estas elites Makonde da Frelimo, bem como pelas empresas extractivas transnacionais, em particular a TotalEnergies, foi mais aguda; isto é em Palma, Mocímboa da Praia e Macomia.

No entanto, quando se trata da relação entre várias etnias do norte de Moçambique a nível popular, especialmente entre aqueles que não têm poder político ou económico, a situação é bem diferente. Conforme descrito pelos entrevistados:

Não é verdade que o Ash-Shabab consista apenas de pessoas costeiras Mwani. Há muitos Makonde e Makua entre eles. Muitos deles são da província de Nampula, especialmente da região de Nacala. A massa inicial do ash-Shabab também tinha muitos nampulenses, especialmente de Nacala, mesmo em Mocímboa da Praia. Iam e voltavam de Nampula. Eles faziam parte do núcleo original do Ash-Shabab. 139 Isto faz sentido se olharmos para a cronologia da radicalização indicada pelas pessoas entrevistadas: o endurecimento inicial ocorreu em 2014-2015, que foi um período em que a maior parte da apropriação de terras na costa ocorreu não apenas em Cabo Delgado mas também em Nampula, concretamente em Nacala e Angoche, entre outros locais, ligados à instalação das indústrias extractivas transnacionais. Além disso, os pescadores de Mocímboa da Praia são conhecidos por serem particularmente ricos e após a independência atraíram muitos pescadores de outras regiões, especialmente de Nacala. Como resultado, formou-se na cidade uma comunidade considerável de Nacala, que continuou a manter fortes laços com Nacala. Nacala tem sido um reduto do movimento Ahl al-Sunna, onde uma influência esmagadora dos ensinamentos promovidos pelas madrasas e centros da Agência Africana Muçulmana tem sido palpável.

2014 é também o ano em que os rubis de Montepuez, em Cabo Delgado, foram leiloados pela primeira vez, rendendo um total de 584,1 milhões de dólares. 140 Raimundo Pachinuapa, outro general maconde da Frelimo, apropriou-se das minas de rubis e da terra, sem qualquer compensação às comunidades locais. Como salienta Estácio Valoi, no continente de Cabo Delgado, maioritariamente habitado pela etnia Makua, houve uma corrida de multinacionais como Fura, Montepuez Ruby Mining, New Energy, Gems Rock, Mwiriti, e Balama Graphite em Montepuez, Balama e outros distritos controlam os rubis vermelhos, os solos e outros minerais. 141 As comunidades locais ficaram sem terras para mineração ou agricultura, o que suscitou ressentimentos e protestos, reprimidos violentamente. Ao mesmo tempo, milhares de mineiros da Tanzânia e de outras partes de África, e de várias etnias e regiões de Moçambique, incluindo os Makonde 142, que escavavam os rubis junto a empresas transnacionais, foram sujeitos a extorsões e violência por parte dos guardas de segurança do empresas. A partir de 2015, o processo de repressão e expulsão destes operadores informais intensificou-se, tendo também ocorrido torturas e execuções extrajudiciais. Ao mesmo tempo, a indústria mineira não ofereceu empregos para os jovens locais, enquanto a agricultura de subsistência sofreu um enorme revés com a sua expansão. 143 As fontes do Grupo de Crise Internacional indicam que muitos mineiros informais descontentes aderiram à insurgência do Ash-Shabab. 144 No litoral, a percepção popular da vitimização foi ainda mais complicada pela crença de que a maior parte dos empregos na nova indústria extractiva ia para as pessoas do sul do país, e não para os jovens locais, cujas

esperanças de emprego e de um futuro melhor eram, portanto, tracejadas. 145 Isto também se refletiu nas entrevistas de campo:

A população ficou muito desiludida porque os vientes (portugueses, aqueles que vieram de fora), especialmente do sul de Moçambique, foram contratados pela Anadarko e pela TotalEnergies em vez dos jovens locais. Isto porque não há empregos em Mocímboa da Praia, como no resto do litoral, não há infra-estruturas, mesmo as casas que não sejam tradicionais são muito raras. É por isso que as primeiras pessoas mortas pelo Ash-Shabab, quando atacaram os assentamentos, foram os vientes. 146 Já em 2012 ou 2014, a Anadarko empregava majoritariamente pessoas do sul de Moçambique, em vez de nós, habitantes locais, mesmo para os empregos mais básicos. Talvez oitenta por cento dos trabalhadores da Anadarko fossem do sul de Moçambique. Uma pessoa que veio do sul recebia o dobro do salário de quem vinha daqui. Os sulistas conhecem muita teoria, mas têm pouco conhecimento da nossa terra e dos nossos costumes. Eles não têm conhecimento prático. A TotalEnergies continua contratando principalmente os vientes. Isso enfureceu a população local. 147

Conclusão

No caso de Cabo Delgado, as queixas socioeconómicas, a presença e proliferação de narrativas políticas viáveis e novas tecnologias como a Internet, ajudam pessoas com ideias semelhantes a comunicar e a transmitir as suas mensagens ao público-alvo. Apreciar o contexto histórico e cultural é particularmente importante para compreender a dinâmica das insurgências. A história e a cultura de um Estado-nação e/ou região, e as questões relacionadas com as identidades de grupo são fontes importantes de tensões subjacentes. As memórias colectivas dos actores, mantidas vivas através da narração de histórias, muitas vezes remontando a centenas ou milhares de anos, permanecem relevantes porque orientam ou restringem ações futuras. As causas dos insurgentes não são propriamente materiais com efeitos imediatos, embora existam bases materiais para a revolta. Em vez disso, as causas dos insurgentes fornecem justificativa para ações violentas. Uma insurgência responde não apenas às necessidades políticas, mas também às necessidades económicas e psicológicas dos envolvidos. Além disso, a insurgência contemporânea é frequentemente de natureza translocal.

A insurgência em Cabo Delgado também deve ser abordada como um fenómeno histórico que tem um começo, mas também um processo e uma evolução, uma vez que a insurgência representa uma multiplicidade de vozes, actores e interesses em fluxo e transformação ao longo do tempo, desde antes de 2017 até ao presente. A insurgência desencadeia violência extrema não só contra supostos inimigos, mas também dentro das suas próprias fileiras e entre a população inocente vitimada pela brutalidade. Isto é particularmente claro se considerarmos a insurgência como parte integrante e esteio local

das ideologias e táticas jihadistas transnacionais do EI. Em suma, a insurgência em Cabo Delgado apresenta as condições adequadas para a implementação e acção das três principais facetas do jihadismo transnacional a que aludimos no início deste artigo: 1) compreender de forma radical os textos sagrados do Islão e a sua interpretação; 2) aproveitar as demandas e lutas dos moradores das áreas acionadas; e 3) incorporar resistência à ordem global. Mesmo enfraquecido, devido ao desmantelamento do seu Estado no Iraque e na Síria entre 2017 e 2019, o EI continua a trabalhar na clandestinidade com propaganda, recrutamento e expansão geográfica da sua influência, especialmente em África. No entanto, é necessário lembrar que a ideologia islâmica, o islamismo, desde o wahhabismo até hoje, continua a atrair alguns círculos de resistência global, que o transformam e reinterpretam de acordo com contextos locais específicos. Assim, mesmo que o EI desaparecesse, a ideologia jihadista continuaria viva e seria levada adiante por outros islamitas. Poderíamos dizer que é como abrir a caixa de Pandora ou libertar o gênio da garrafa. Não deveria ter sido permitido que isso acontecesse, mas se aconteceu, não há caminho de volta, exceto através de um trabalho detalhado, lento e muito longo para corrigir as consequências. Isto deve ser feito com muita paciência, envolvendo as comunidades afectadas, prestando apoio não só às vítimas, mas também aos jovens que se envolveram na jihad, oferecendo-lhes formas de abandonar a violência, criando programas de desradicalização, caminhos para a amnistia, apoio psicológico e reeducação para uma vida pacífica. A outra solução, menos atractiva, seria fazer como a Rússia fez na República da Chechénia, ou seja, manter toda a população sob vigilância e controlo pelas forças de segurança do Estado; prender, torturar e fazer desaparecer suspeitos; e instale absoluto

Referências

- D. Barbosa, *A Description of the Coasts of East Africa and Malabar in the Beginning of the Sixteenth Century* (New Delhi, Madras: Asian Educational Services, 1995), 11.
- R. L. Pouwels, 'Eastern Africa and the Indian Ocean to 1800: Reviewing Relations in Historical Perspective', *International Journal of African Historical Studies*, 35, 2–3, 2002, 387–400.
- Bonate, 'Islam in Northern Mozambique'.
- E. A. Alpers, *Ivory and Slaves: Changing Patterns of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century* (Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1975).
- L. J. K. Bonate, 'Traditions and Transitions: Islam and Chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850 to 1974' (PhD Dissertation, University of Cape Town, 2007).
- R. Péliissier, *História de Moçambique: Formação e Oposição, 1854–1928*, M.Raus (trans. from French to Portuguese) (Lisboa: Editorial Estampa Lda., 2 Volumes, 3rd Edition, 2000).

L. J. K. Bonate, 'The Advent and Schisms of Sufi Orders in Mozambique, 1896–1964', *Islam and Christian-Muslim Relations*, 26, 4, 2015, 483–501.

Bonate, 'Traditions and Transitions'.

Bonate, 'Traditions and Transitions'.

A. Vakil, 'Questões Inacabadas: Colonialismo, Islão e Portugalidade' in M. C. Ribeiro and A. P. Ferreira (eds), *Fantasma e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo* (Porto: Campo das Letras, 2003), 272.

L. J. K. Bonate, 'Muslim Memories of the Liberation War in Cabo Delgado', *Kronos: Southern African Histories*, 39, November 2013, 230–256;

M. A. Machaqueiro, *Portuguese Colonialism and Islam: Mozambique and Guinea, 1930–1974: From Repression to Religious Seduction* (Liverpool University Press, 2023).

F. A. Monteiro, *O Islão, o Poder, e a Guerra: Moçambique 1964–74* (Porto: Ed. Universidade Portucalense, 1993);

Bonate, 'Traditions and Transitions'.

Bonate, 'Traditions and Transitions'.

Bonate, 'Traditions and Transitions'.

L. J. K. Bonate, 'Muslim Religious Leadership in Post-Colonial Mozambique', *South African Historical Journal*, 60, 4, 2008, 637–654.

Habibo, Forquilha and Pereira, *Radicalização islâmica*, 11–12.

L. J. K. Bonate, 'Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview', *History Compass*, 8, 7, 2010, 573–593.

M. Crenshaw, 'Transnational Jihadism & Civil Wars', *Dædalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, 146, 4, 2017, 59–70.

Crenshaw, 'Transnational Jihadism', 60.

F. A. Gerges, *The Far Enemy: Why Jihad Went Global* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), 30–31;

S. J. Hansen, *Al-Shabaab in Somalia: The History and Ideology of a Militant Islamist Group, 2005–2012* (Oxford: Oxford University Press, 2013), 7, 31, 59–67, 74; P. Mandaville, *Translational Muslim Politics: Reimagining the Umma* (London: Routledge, 2001), 68–69.

Candland et al., *The Islamic State in Congo*, 7–8.

Candland et al., *The Islamic State in Congo*, 26.

Unfortunately, so far, the identity of the IS wali of Mozambique province has not been divulged, and it is unclear whether the wali is someone from another country or a Mozambican. However, some of the leaders of the military operations in Mozambique, such as Omar Machude, have been publicly known.

Candland et al., *The Islamic State in Congo*, 7–8

S. Habibe, S. Forquilha and J. Pereira, 'Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia', *Cadernos IESE*, 17, 2019, 12, 15, 18, 30; G. L. Macalane and J. S. Jafar, 'Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017–2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia' (Unpublished report, Universidade Rovuma, Extensão de Cabo Delgado, Pemba, 2021), 39.

A. LeSage, 'The Rising Terrorist Threat in Tanzania: Domestic Islamist Militancy and Regional Threats', *Strategic Forum* (National Defense University), September 2014, 11–12.

Ndzovu, 'Kenya's Jihadi Clerics', 5–7.

Ndzovu, 'Kenya's Jihadi Clerics', 5–6.

Interview with AA. Pemba city, 11 December 2023.

Interview with NB, MSM and MM. Pemba city, 8 December 2023.

Interview with MO, AW and TA. Pemba city, 12 December 2023. 70 Interview with SN. Pemba city, 11 December 2023.

Interview with MM. Pemba city, 28 September 2023.

Interview with MM. Pemba city, 28 September 2023. 73 Interview with NW. Pemba city, 12 December 2023.

Interview with SN. Pemba city, 11 December 2023.

Habibe, Forquilha and Pereira, 'Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique', 13. 84
Interview with SB. Pemba city, 13 December 2023.

Interview with MC. Pemba city, 28 September 2023.

Interview with MM. Pemba city, 28 September 2023; Interview with NB, MSM and MM. Pemba
city, 8 December 2023.

Habibe, Forquilha and Pereira, 'Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique', 12–14;
Macalane and Jafar, 'Ataques Terroristas em Cabo Delgado', 37–39, 43, 50.

Interview with MM. Pemba city, 28 September 2023. 89 Interview with AA. Pemba city, 11
December 2023.

Interview with NW. Pemba city, 12 December 2023.

Hansen, "Forever Wars"?

A. Honwana, *The Time of Youth: Work, Social Change, and Politics in Africa* (Sterling, Virginia:
Kumarian Press, 2012), Chapter 2;

A. Masquelier, *Fada: Boredom and Belonging in Niger* (Chicago and London: The University of
Chicago Press, 2019), 13.

Honwana, *The Time of Youth*, 3–5;

A. Bayat and L. Herrera, 'Introduction: Being Young and Muslim in Neoliberal Times' in L.
Herrera and A. Bayat (eds) *Being Young and Muslim: New Cultural Politics in the Global South
and North* (Oxford: Oxford University Press, 2010), 4–5;

J. L. Esposito and D. Mogahed, *Who Speaks for Islam? What a Billion Muslims Really Think*
(Washington, D.C.: Gallup Press, 2007);

M. Janson, *Islam, Youth, and Modernity in the Gambia: The Tablighi Jama'at* (Cambridge:
Cambridge University Press, 2014).

See for example, B. Augé, *Mozambique: Security, Political and Geopolitical Challenges of the
Gas Boom* (Paris: IFRI, 2020);

International Crisis Group, 'Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado', *Africa
Report*, N°303, 11 June 2021, 3.

Hansen, “‘Forever Wars’?”.

Ö. Taspınar, ‘The Problem with Radicalism: Relative Deprivation is a Key to Understanding the Roots of Extremism’, *Cairo Review*, 19, 2015.

L. E. Asuelime and O. J. David, *Boko Haram: The Socio-Economic Drivers* (Heidelberg New York Dordrecht London: Springer, 2015).

J. Feijó, *The Role of Women in the Conflict in Cabo Delgado: Understanding Vicious Cycles of Violence* (Dakar: Friedrich-Ebert- Stiftung Peace and Security Competence Centre Sub-Saharan Africa, 2021).

Interview with MO, and AW and TA. Pemba city, 12 December 2023.

Interview with NB, MSM and MM. Pemba city, 8 December 2023.

Macalane and Jafar, ‘Ataques Terroristas em Cabo Delgado’, 52–55.

G. Pirio, R. Pittelli and Y. Adam, ‘The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique’, *Africa Centre for Strategic Studies*, 25 March 2018, <https://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/>.

Hansen, “‘Forever Wars’?”.

Raineri, ‘Explaining the Rise of Jihadism in Africa’.

H. J. Ndzovu, ‘Kenya’s Jihadi Clerics: Formulation of a “Liberation Theology” and the Challenge to Secular Power’, *Journal of Muslim Minority Affairs*, 2018, <https://doi.org/10.1080/13602004.2018.1523359>;

H. J. Ndzovu, *Muslims in Kenyan Politics: Political Involvement, Marginalization and Minority Status* (Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2014);

T. A. Benjaminsen and B. Ba, ‘Why do Pastoralists in Mali Join Jihadist Groups? A Political Ecological Explanation’, *The Journal of Peasant Studies*, 46, 1, 2019, 1–20;

E. Baldaro & Y. S. Diall, ‘The End of the Sahelian Exception: Al-Qaeda and Islamic State Clash in Central Mali’, *The International Spectator*, 55, 4, 2020, 69–83,73.

R. H. Pedersen, and O. Kweka, ‘The Political Economy of Petroleum Investments and Land

Acquisition Standards in Africa: The Case of Tanzania', *Resources Policy*, 52, 2017, 222–223;

A. LaSage, 'The Rising Terrorist Threat in Tanzania: Domestic Islamist Militancy and Regional Threats', *Strategic Forum*, 288, 8–12. J. Saalfeld, 'Before and Beyond Al-Shabaab: National Islamic Councils, Contentious Politics and the Rise of Jihadism in East Africa', INEF Report 113 (Duisburg: Institute for Development and Peace, University of Duisburg-Essen, 2019).

J-P. Filiu, *From Deep State to Islamic State: The Arab Counter-Revolution and its Jihadi Legacy* (Oxford and New York: Oxford University Press, 2015), 127–146;

J. Sorens, 'Mineral Production, Territory, and Ethnic Rebellion: The Role of Rebel Constituencies', *Journal of Peace Research*, 48, 5, 2011, 571; A. Iocchi, 'The Dangers of Disconnection: Oscillations in Political Violence on Lake Chad', *The International Spectator*, 55, 4, 2020, 93, 95–96;

M. Watts, 'Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria', *Geopolitics*, 9, 1, 2004, 53.

P. Anthias, 'Indigenous Peoples and the New Extraction: From Territorial Rights to Hydrocarbon Citizenship in the Bolivian Chaco', *Latin American Perspectives*, 45, 5, 2018, 440.

J. M. Weinstein, *Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007), 98–99;

J. Emel, M. T. Huber and M. H. Makene, 'Extracting Sovereignty: Capital, Territory, and Gold Mining in Tanzania', *Political Geography*, 30, 2011, 70–79;

S. Lange, 'Gold and Governance: Legal Injustices and Lost Opportunities in Tanzania', *African Affairs*, 2011, 110, 439, 233–252;

J. Ferguson, *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order* (Durham: Duke University Press, 2006).

E. Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836–1929)* (Maputo: Central Imprensa, 1997), 57–71;

A. R. de Conceição, *Entre o mar e a terra: situações identitárias do Norte de Moçambique (Cabo Delgado)* (Maputo: Promédia, 2006).

T. M. Li, 'What Is Land? Assembling a Resource for Global Investment', *Transactions of the Institute of British Geographers*, 39, 2014, 589–602.

Augé, Mozambique: Security, 21–22;

K. Symons, 'Transnational spaces, hybrid governance and civil society contestation in Mozambique's gas boom', *The Extractive Industries and Society*, 3, 1, 2016, 149–159;

K. Symons, 'Land Rights and Justice in Neoliberal Mozambique: The case of Afungi community relocations' in E. Apostolopoulou and J. A. Cortes-Vazquez (eds), *The Right to Nature: Social Movements, Environmental Justice and Neoliberal Natures* (London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019), 70–83;

B. Parkin, 'Pemba Logistics Base: Citizenship in Mozambique's Natural Gas Boom'. Presentations at the Webinar Politics in Cabo Delgado, Mozambique. University of Oxford, Oxford Department of International Development (ODID), Oxford Talks, 15 June 2020.

A. M. Sousa Santos, "'It's not my story to tell": ownership and the politics of history in Mocímboa da Praia, Mozambique', *Journal of Royal Anthropological Institute*, 27, 3, 2021, 672–690.

Macalane and Jafar, 'Ataques Terroristas em Cabo Delgado', 42.

Habibe, Forquilha and Pereira, 'Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique', 26.

Feijó, 'Social Asymmetries', 17.

P. Israel, 'Kummwanglela Guebuza – the Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo', *Lusotopie*, 13, 2, 2006, 108–110.

Sousa Santos, "'It's not my story to tell";

A. M. Sousa Santos, 'Violence, Rumor, and Elusive Trust in Mocímboa da Praia, Mozambique', *Social Analysis: The International Journal of Anthropology*, 65, 3, 2021, 44–66;

A. M. Sousa Santos, 'Memory and Violence: Changing patterns of group relationship in Mocímboa da Praia, Mozambique' (PhD Dissertation, University of Oxford, 2010)

Macalane and Jafar, 'Ataques Terroristas em Cabo Delgado', 89–90.

Valoi, 'Betrayed friendship'.

S. Chichava, 'Jorginho: Brief History of a Young Makonde Muslim from al-Shabab', *Ideias*, 19

April 2023.

J. B. Maquenzi, 'Poreza e Desigualdade em Zonas de Penetração de Grandes Projectos: Estudo de Caso em Namanhumbir – Cabo Delgado', *Observador Rural*, 77, August 2019.

International Crisis Group, 'Stemming'.

Symons, 'Transnational spaces, hybrid governance';

Symons, 'Land Rights and Justice';

Parkin, 'Pemba Logistics base';

Macalane and Jafar, 'Ataques Terroristas em Cabo Delgado';

Habibe, Forquilha and Pereira, 'Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique'.

Interview with NW. Pemba city, 12 December 2023.

Interview with TC. Pemba city, 29 September 2023.

authoritarianism. 148 Finally, the third way is military, with a view to defeating and eliminating transnational jihadism. But as Martha Crenshaw and Hansen argue, 'jihadist resilience is also linked to a over-valuation of what military kinetics can achieve by winning battles'. 149 Hansen highlights that many of the previous expansive phases of Sub-Saharan jihadists, when they came to control vast territories, resulted in foreign interventions, such as that of French forces in Chad (since 1960, but specifically against jihadists in 2006, 2008, 2012–2014, 2019), and in Mali in 2013; the interference of countries of the region in Nigeria, in 2015, and the actions of Ethiopia (2006, 2012) and Kenya (2011) in regard to Somalia. However, even though these interventions created a retreat, they never completely defeated the jihadists. Therefore, the fight against transnational jihadism runs the risk of turning into 'forever wars'.

For Hansen, the key to understanding such resilience is recognising that these interventions were unable to guarantee security in the territories reconquered from the jihadists, that is, the interventions failed to provide protection to local populations, especially rural ones and those living in remote places, allowing people to remain

M. Ilyasov, 'Security and Religion: The Discursive Self-legitimation of the Chechen Authorities', *Journal of Muslims in Europe*, 10, 3, 2021, 247–275;

E. Souleimanov, 'An Ethnography of Counterinsurgency: Kadyrovtsy and Russia's Policy of Chechenization', *Post-Soviet Affairs*, 31, 2, 2015, 91–114.

Hansen, "'Forever Wars'?".